



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta segunda-feira

05/08/2013

A presidente Dilma Rousseff sanciona nesta segunda-feira (5/8) o Estatuto da Juventude, definido pelo governo como uma declaração de direitos da população jovem. O projeto trata de pontos como o pagamento de meia-entrada em eventos culturais e meia-passagem em transporte para jovens entre 15 e 29 anos. Reivindicação da classe artística, a cota de 40% dos ingressos reservada para os estudantes é defendida como alternativa aos altos preços de ingressos praticados para, segundo promotores culturais, custear o benefício. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Rótulos de alimentos

Uma fábrica de salgadinhos terá que indenizar uma consumidora porque não informou a presença de todos os ingredientes na embalagem, causando reação alérgica na mulher. De acordo com reportagem do **Valor Econômico**, o caso é um dos poucos que foram levados ao Judiciário. De acordo com uma advogada que desenvolveu tese de doutorado a respeito do assunto, a ausência de leis específicas para a discriminação de alérgenos em rótulos colabora para o problema. Já de acordo com outra advogada e consultora jurídica da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), as previsões do Código do Consumidor seriam suficientes para obrigar as empresas a discriminar os alérgenos em seus rótulos. O que faltaria é uma fiscalização mais firme da Anvisa.

Delação premiada

O Ministério Público de São Paulo está negociando um acordo de delação premiada com os executivos da Siemens para obter provas de supostos pagamentos de propinas a agentes públicos no processo de compra e manutenção de trens para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e para os metrô de São Paulo e do Distrito Federal. A proposta foi feita para um grupo de advogados que defendem os seis executivos da Siemens durante uma reunião que contou com a participação de quatro promotores que apuram o caso. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Cartel de trens

O procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, disse que a lei permite ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fornecer à administração paulista documentos da investigação sobre a suposta formação de cartel em licitações de trens em São Paulo, independentemente de autorização judicial. A Procuradoria-Geral do Estado, órgão responsável pela defesa jurídica do Executivo paulista, afirma que foi obrigada a preparar um mandado de segurança para pedir ao Judiciário o acesso às informações da investigação. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Perdas com investimentos

Dois fundos de pensão recorreram à Justiça para responsabilizar o Banco Central por perdas com investimentos realizados no banco BVA, cuja liquidação extrajudicial foi decretada em junho. As ações foram movidas pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer) e pela FIPECq. A alegação é que o BC aprovou o investimento dos fundos no BVA ciente dos problemas do banco que levaram à sua liquidação. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Celulares em presídios

Analisando os dados de apreensões de celulares em penitenciárias paulistas desde 2008, constata-se que tem crescido a quantidade de aparelhos que entram nos estabelecimentos prisionais. Em 2008, foram 10.446 aparelhos apreendidos, média diária de 28. No ano passado, foram 13.248, média de 36 — um crescimento de quase 27%. Na opinião do sociólogo José dos Reis Santos Filho, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas da Unesp, a circulação de celulares não diminui porque há uma rede com elos que é difícil de ser quebrada. "São agentes penitenciários, advogados, familiares e até policiais que entram com o telefone ou ajudam alguém a entrar. É um comércio que interessa aos presos e não tem o efetivo combate." As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.



Reeleição no TJ-SP

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, decidiu retirar da pauta do Órgão Especial, que se reúne nesta quarta-feira (7/8), a questão da reeleição por temer sofrer uma derrota. Em mensagem enviada pela internet a magistrados na sexta-feira (2/8), Sartori disse que "ainda não é o momento para a discussão, diante da divergência e do relativamente extenso período que ainda falta para terminar meu mandato". As eleições estão marcadas para dezembro. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Maioria favorável

Em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, Ivan Sartori afirmou que a reeleição deve ficar para o final do mandato, "quando de eventual inscrição minha para concorrer à presidência. Esse tema é polêmico e não quero que tumultue a gestão, que é muito mais importante". Segundo ele, cerca de 200, dos 352 desembargadores do TJ-SP, estão a favor da reeleição.

Domínio de site

A empresa Acumuladores Moura obteve no Tribunal de Justiça de São Paulo o direito ao domínio de internet com a marca Baterias Moura, registrado por um revendedor de seus produtos, o Comércio de Baterias Garcia. Os desembargadores da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial entenderam que a manutenção do registro em nome da Comércio de Baterias Garcia poderia prejudicar a Acumuladores Moura. "O domínio evidentemente foi usado para a apresentação das Baterias Garcia, usurpando o nome Moura", afirmou o desembargador Enio Zuliani, revisor do caso. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Condições precárias

Devidos às más condições de trabalho, a Justiça do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima) a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União ao pagamento de R\$ 500 mil por danos morais coletivos e determinou a resolução dos problemas. O juiz Joaquim de Lima, da 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, classificou como "precário, indigno e insalubre" o ambiente de trabalho dos servidores da Funai que prestam serviço em áreas indígenas. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Processo eletrônico

A partir desta segunda-feira (5/8) os advogados que quiserem entrar com novo processo na Justiça do Trabalho, em todas as Varas do Trabalho da Capital, poderão contar com o sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). A mudança tem como objetivo acabar com o uso do papel nas novas ações trabalhistas. São 25 tribunais do trabalho, incluindo o TST, operando com o sistema, que vai gerar, de acordo com cálculos de especialistas, uma economia de pelo menos 50 mil processos em papel nas estantes e mesas do Fórum de Salvador. As informações são do jornal **Correio***.

Meta 18

O Poder Judiciário de Mato Grosso acelerou o julgamento de processos contra a administração pública e de improbidade administrativa, que foram distribuídos até o dia 31 de dezembro de 2011, conforme estabelece Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é julgar todos os processos até dezembro deste ano. Apesar do aumento no julgamento até o momento foram julgados 52,3% das ações civis de improbidade administrativa. Os magistrados ainda têm 762 processos para analisar. As informações são do site **CenárioMT**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2013-ago-05/noticias-justica-direito-jornais-segunda-feira-165/>